

DECISÃO N° 2331983, DE 14 DE ABRIL DE 2023

Processo nº 25759.517445/2022-14

AIS nº 2627294226 - PA GUARULHOS-SP

Autuada: LEILANIR FORGHIERI CAMARGO BAPTISTA

A Sra. **LEILANIR FORGHIERI CAMARGO BAPTISTA** foi autuada em 19 de janeiro de 2022 pela(s) irregularidade(s) transcrita(s) abaixo, infringindo o art. 4º do Anexo I da Resolução-RDC nº 21, de 2008, o art. 4º da Resolução-RDC nº 456, de 2020, o art. 5º da Lei nº 13979, de 2020, e o art. 3º inciso I da Portaria nº 663, de 2021. A(s) conduta(s) foi(ram) tipificada(s) no art. 10, XXIX, da Lei nº 6.437, de 1977.

[...]

embarcar no voo AF454 da França para o Brasil, com chegada em 19/01/2022 com Teste para detecção de Covid-19 com resultado Positivo realizado em 17/01/2022, não cumprindo com as medidas a serem adotadas em aeroportos e aeronaves em virtude da situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do surto do novo coronavírus - SARS-CoV-2 e com as medidas e requisitos excepcionais e temporários para a entrada de passageiros no País. Na ocasião foi preenchido e assinado o Termo de Controle Sanitário do Viajante nº 1303/20

[...]

Notificada(o) da autuação em 11 de agosto de 2022 (fls. 10), a Autuada não apresentou defesa deixando transcorrer *in albis* o prazo do artigo 22 da Lei nº 6437/77.

A área autuante, seguindo o preceito do art. 22, §2º, da Lei nº 6.437, de 1977, manifestou-se em 31 de janeiro de 2023 pela manutenção do AIS, argumentando que o viajante positivo para COVID-19 deve atender às medidas sanitárias e aos cuidados gerais divulgados pela OMS, como por exemplo, realizar o isolamento ao apresentar suspeita ou confirmação de COVID-19 e classificou o risco sanitário da(s) infração(ões) como alto (fls. 12), pois a passageira autuada embarcou em voo procedente de

Paris com destino ao Aeroporto Internacional de Guarulhos colocando em risco a tripulação e os passageiros do voo AF-454 da Companhia Aérea Air France.

Inicialmente, analisando os autos, observo, salvo melhor juízo, que até o presente momento não ocorreu a prescrição em âmbito administrativo, conforme disciplina da Lei nº 9.873, de 1999.

Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 1977.

No mérito, corroboro o entendimento da área autuante no sentido da manutenção do AIS, considerando os documentos de fls. 02 e 09/11, como o Termo de Controle Sanitário do Viajante-TCSV e a Notificação nº 20/2022/SEI/CRPAF-SP/GGPAF/DIRE5/ANVISA, que comprovam a autoria e materialidade da(s) infração(ões) sanitária(s).

O artigo 4º da Resolução nº 456, de 2020 prevê que *"O viajante com suspeita ou com diagnóstico confirmado da COVID-19 não deverá embarcar para viagem doméstica ou internacional."* e, por outro lado a Lei nº 13.979, de 2020 no artigo 5º determina que *"Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de: I - possíveis contatos com agentes infecciosos do coronavírus; II - circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação pelo coronavírus."*

Portanto, a pessoa física em epígrafe descumpriu os dispositivos apontados no AIS, colocando em risco a saúde da população e por isso foi autuada.

Isso posto, passo à dosimetria da pena.

Para tanto, determina a Lei nº 6.437, de 1977, que para a penalidade de multa se considere o risco sanitário da conduta infracional, os antecedentes da autuada quanto a anteriores condenações por infrações sanitárias e a sua capacidade econômica, nos termos dos arts. 6º, II e III, e 2º, §3º, respectivamente. Ademais, o art. 6º, I, dispõe que igualmente se levem em conta eventuais circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme previsto nos arts. 7º e 8º da mesma Lei.

No caso em análise, a autuada é pessoa física estrangeira no que se refere a anteriores condenações por infrações sanitárias (fls. 15) e praticou conduta(s) cujo risco

sanitário foi classificado como alto pela área autuante (fls. 12).

Observados os pressupostos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 6.437, de 1977, inexistem nos autos circunstâncias outras que possam ser consideradas como atenuantes ou agravantes, motivo pelo qual a(s) infração(ões) será(ão) classificada(s) como leve(s) no que se refere ao(s) valor(es) da(s) multa(s), de acordo com a regra do art. 4º, I, c/c art. 2º, § 1º, I, da Lei nº 6.437, de 1977.

Assim, considerado o risco sanitário da(s) infração(ões) cometida(s) e que se trata de pessoa física, a aplicação do valor mínimo não se prestaria à finalidade de desestimular novas práticas irregulares, pois pouco refletiria como penalidade financeira. Em outros dizeres, é preciso que haja algum impacto financeiro suficiente para desestimular novas condutas, mas o valor aplicado também não pode se exceder a ponto de impactar mais que o mínimo necessário para esse desestímulo.

Diante do exposto, julgo procedente a autuação e, com fundamento nos pareceres que me antecedem, a teor do que permite o art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, **mantenho o Auto de Infração Sanitária em epígrafe e aplico a Autuada a penalidade de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).**

Publique-se no Diário Oficial da União e dê-se ciência à Autuada.

TIAGO ALVES DE CARVALHO

Autoridade Julgadora - Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Alves de Carvalho, Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária**, em 14/04/2023, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2331983** e o código CRC **FC202021**.

